



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



59

*Discurso na sessão de encerramento da
reunião regional preparatória do Fórum
Internacional Rio + 10*

RIOCENTRO, RIO DE JANEIRO, RJ, 23 DE OUTUBRO DE 2001

Senhor Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho; Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer; Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho; Ministro do Planejamento, Martus Tavares; Senhor Prefeito do Rio de Janeiro, Doutor César Maia; Senhor Klaus Toepfer, Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; Senhor José Antônio Ocampo, Secretário Executivo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe); Senhores Ministros; Senhoras Ministras; Senhores e Senhoras chefes de delegação; Senhoras e Senhores,

Normalmente, os presidentes começam – têm que começar – dizendo que é uma satisfação estar onde estão. Começo dizendo isso. Mas digo de coração. Realmente, para mim, é uma satisfação poder estar aqui. Primeiro, por estar no Rio de Janeiro, cidade onde nasci. Depois, por estar numa reunião que tem uma importância para nós, brasileiros, muito significativa.

Sabem todos, aqui, que o Rio é associado com a idéia do desenvolvimento sustentável, pelo menos desde a reunião de 1992. E muitos, aqui, participaram desse encontro, que foi marcante para todos nós.

Hoje, essa agenda está presente em todas as sociedades que buscam construir seu futuro de uma maneira democrática, reforçando a prática da cidadania e os valores da justiça e da liberdade.

No cenário internacional atual de incertezas, no qual ganham relevância as questões de segurança e defesa, temos que nos esforçar muito para que a agenda ambiental não perca espaço. Não podemos sacrificar preocupações de longo prazo que animam toda essa temática da agenda do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente aos objetivos de curto prazo por mais legítimos que estes possam ser, como são.

Mas o terrorismo não pode silenciar a agenda da cooperação internacional. Se deixássemos que isso ocorresse, na verdade estaríamos fazendo o jogo do inimigo, porque estaríamos, justamente, sendo vítimas da paralisação em função de um clima de medo que terá sido infundido.

Sabemos todos as implicações que tem o uso predatório dos recursos naturais ao longo do tempo. Sabemos hoje que as próprias condições climáticas do planeta sofrem com o impacto da ação humana.

Na verdade, a novidade do nosso tempo não é a existência desse tipo de problema, mas, sim, que conseguimos desenvolver um aparato conceitual, um arcabouço conceitual necessário para identificar esses problemas e para encaminhá-los de modo que possam ter soluções concretas.

Aqui, todos sabem que nos anos 60 e 70 falava-se da conservação dos recursos naturais, sobretudo os recursos não-renováveis, como um imperativo político, principalmente para as sociedades mais avançadas. Eram os tempos do Clube de Roma. Alguns, aqui, devem ter participado de reuniões do Clube de Roma, como eu mesmo participei. E chegou-se a falar em crescimento *zero grow*, crescimento zero, como um recurso de defesa para evitar que houvesse uma deterioração do meio ambiente.

Esse conceito era relativamente pobre e não chegava a permitir que se identificasse corretamente o problema do uso sustentável dos recursos.

Já mais tarde, depois da Conferência de Estocolmo, em 1972, a idéia de preservação do meio ambiente se consolidou. Em Estocolmo, a palavra-chave era poluição, que estava denotando que a qualidade de vida estava em franco processo de deterioração. Mas ainda não se falava da dimensão da sustentabilidade.

Se me permitem uma pequena digressão pessoal, nos anos 70, fui muitas vezes à Suécia, a Uppsala. Ali, havia uma Fundação chamada Dag Hammarskjold. E lá estavam algumas pessoas que começaram a discutir os conceitos de codesenvolvimento, notadamente Ignatius Sachs, um norueguês chamado Johan Galtung e Jan Pronk, que era Ministro dos Países Baixos.

Acompanhei, portanto, o nascimento da idéia de sustentabilidade. Não se falava de sustentabilidade. A idéia mais próxima era a de eco-desenvolvimento. Mas, progressivamente, essa dimensão da sustentabilidade foi ganhando corpo e, na verdade, foi aqui, no Rio de Janeiro, que essa idéia se desenvolveu nas suas três vertentes – econômica, social e ambiental.

Esse foi o grande salto conceitual produzido no encontro da Rio-92, que se tornou moeda corrente, pelo menos entre os governantes mais lúcidos, entre os cientistas, os acadêmicos e os ativistas ambientais.

Ficou, portanto, patente que a questão fundamental não estava apenas no uso insustentável dos recursos naturais, mas numa questão de muito maior amplitude, escopo e alcance: a da manutenção de padrões de consumo e de produção insustentáveis, na suposição errônea de que o meio ambiente poderá, por prazo indefinido, manter, suportar a manutenção desses padrões.

De lá para cá avançamos muito na questão das respostas para o problema da sustentabilidade. Sabemos que a tarefa importa mudanças que não são apenas de base material, mas de base ética, também, na sociedade, sobretudo nos países mais desenvolvidos, cuja prosperidade – que é sem precedentes na história da humanidade – contrasta com a pobreza que ainda existe em larga escala em tantas regiões do mundo.

Não podíamos, portanto, ficar limitados à questão da conservação. Tínhamos que enfrentar o problema de como fazer com que

houvesse um desenvolvimento capaz de dar atenção a essa enorme quantidade de problemas de pobreza e, ao mesmo tempo, evitar que esse processo de desenvolvimento abalasse ou mesmo impedisse a sustentabilidade.

É claro que quando nos referimos a ser preciso dar condições materiais, não estamos apenas falando do aparato industrial de uma sociedade, mas em geral. Passamos a perceber que era preciso, também, discutir o modelo agrícola, as políticas de apoio ao agricultor, repor a questão da unidade familiar de produção, porque mesmo nessas áreas a produção, se não for feita com uma preocupação de sustentabilidade, pode-se revelar insustentável a longo prazo.

Portanto, não seria apenas o eventual dano causado pelo modo industrial de produção, de base tecnológica, mas o conjunto das atividades humanas, mesmo naquelas áreas em que elas estão muito, ainda, limitadas por práticas que não são práticas de desenvolvimento tecnológico avançado. Se não prestarmos atenção à questão da sustentabilidade, essas práticas poderão produzir danos.

Também no próprio plano ético, como disse aqui, o desenvolvimento sustentável implica uma reflexão sobre a hierarquia de valores da sociedade. Neste caso, precisamos reconhecer que os produtores de cultura fazem parte dessa agenda e são tão importantes, senão que mais, quanto os outros – quanto os economistas, quanto os engenheiros. Enfim, existe aí uma necessidade de uma mudança cultural para que possamos levar adiante os mecanismos de desenvolvimento sustentável com uma nova concepção.

No plano da política, advogar a sustentabilidade importa constituir uma parceria global que seja equilibrada e justa, em que alguns não tenham que assumir um custo desproporcional ao desperdício produzido por outros. Essa parceria tem que ser, de fato, global.

Tanto os países mais pobres quanto aqueles que hoje se chamam de emergentes – a cada dez anos se muda a designação desses fenômenos, agora são os emergentes, e nós somos emergentes –, não podemos imaginar que paguemos o custo da sustentabilidade, havendo um desperdício grande acumulado nos séculos, pelos países que já se desenvolveram.

Disso derivou toda uma temática de uma nova ênfase, numa política de responsabilidades compartilhadas. Se quisermos, efetivamente, falar de globalização em termos de solidariedade, temos que incluir também nesse processo a compreensão de que é preciso dividir melhor os custos, até mesmo os da sustentabilidade.

É evidente que hoje estamos preocupados com uma série de questões que são, digamos, quase que agônicas, entre as quais a questão das alterações climáticas. O esforço da comunidade internacional já permitiu avanços significativos, como o caso da Convenção sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Kioto.

Para nós brasileiros e para todos aqueles que se preocupam com a questão, é imprescindível que continuemos avançando nesses temas. O aquecimento global é uma preocupação – que não calbam dúvidas – cientificamente fundamentada. Não podemos fingir, simplesmente, que o problema não existe. Ele está aí e seu impacto sobre as futuras gerações dependerá, em boa medida, do que fizermos hoje. E o que fizermos, deveremos fazer numa perspectiva global, que é inseparável da noção de desenvolvimento sustentável. É, portanto, preciso caminhar com determinação para uma globalização sustentável, se posso dizer assim.

Essa parceria global e as opções que se abrem são o cerne das discussões dessas reuniões e serão logo também centrais na Cúpula de Joanesburgo. Desde Kioto também houve progressos, inclusive na percepção do que aqui chamei de uma globalização solidária e na percepção de que não cabe que o pagamento do ônus da sustentabilidade recaia sobre os que hoje estão em desenvolvimento. Precisa haver um mecanismo mais equitativo que permita um ajuste entre os que já gastaram muito dos recursos do meio ambiente de uma forma predatória e aqueles que precisam desenvolver-se e que não farão o mesmo caminho, mas que gostariam de ver uma solidariedade entre os mundos já desenvolvidos e os mundos em processo de desenvolvimento.

É inequívoco que na Conferência de Kioto houve progressos. Os mecanismos de desenvolvimento limpo, todos os mecanismos, até mesmo de compensação entre economias, avançaram bastan-

te. A despeito das dificuldades, no último encontro, em Bonn, também houve um avanço. Não tanto quanto desejávamos, mas espero que se continue produzindo esses avanços. Quem sabe em Marrakesh se possa continuar avançando mais ainda.

O fato é que, mesmo de uma maneira talvez inesperada e bem trágica, os países que não deram tanta atenção a esses problemas e talvez tenham tomado deliberações unilaterais agora percebem, com mais força, a necessidade de uma globalização solidária, porque estamos fazendo face a um inimigo, que é o terrorismo, que não pode ser vencido no isolamento nem na determinação isolada de uma potência, por mais forte que ela seja.

Isso leva, necessariamente, a uma reflexão que pode permitir que nós, no caso das questões climáticas, possamos voltar a insistir na necessidade de mecanismos compensatórios que tenham por base a idéia de sustentabilidade, mas também que tenham a idéia de solidariedade global como um dos pilares para a solução desses mecanismos de sustentabilidade.

Quero dizer que depositamos, aqui no Brasil, muita confiança no que vai acontecer em Joanesburgo. Acredito que o apoio de países como a Suécia, a África do Sul, o Brasil, a Alemanha – tantos países que têm empenho nessa matéria – assegurará um avanço equilibrado. O momento é oportuno. Acho que quando se está em uma crise da proporção da atual é que aparecem mais lideranças e maior capacidade de inovação. Quem sabe seja possível também maior capacidade de transigência por parte daqueles que devem transigir, pensando sempre na necessidade dessa visão nova de solidariedade global e de sustentabilidade.

Nessa busca de parceria, temos que reconhecer os direitos e as responsabilidades que são comuns, mas que são também diferenciados, sobretudo entre os países avançados, os emergentes e, como eu já disse aqui, os de menor desenvolvimento relativo.

Portanto, se quisermos realmente um mundo novo – aqui, espero que todos queiramos –, é preciso que encaremos esse conjunto de problemas como um conjunto, incluindo nele tudo que diz respeito

também às condições que vão permitir que haja desenvolvimento e que ele seja sustentado. Não há como elidir a questão da necessidade de abertura de mercados pelos países mais ricos para os bens e serviços dos países mais pobres de uma maneira equilibrada. E deve-se orientar pela alocação, pelos países desenvolvidos, de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento.

Não digo isso como quem quer utilizar, momentaneamente, um encontro sobre desenvolvimento sustentável para entrar em temas que não são diretamente ligados, aparentemente, ao tema central. Não. É porque esses temas são ligados. Na verdade, temos de entender que da mesma maneira que houve esse avanço grande, conceitual, na idéia de desenvolvimento sustentado, temos de acompanhar também uma espécie de visão global dessas questões.

O mundo não permite mais que cada um pense na sua dimensão – por maior que ela seja, ela é pequena – e não permite mais que se pense só crescimento sem sustentabilidade ou sustentabilidade sem base financeira ou base financeira sem acesso a mercados ou acesso a mercados sem uma visão solidária que permita, realmente, haver um crescimento que beneficie a todos.

Acho, Senhores Ministros, Senhoras Ministras, que a América Latina e o Caribe estão em posição privilegiada para contribuir de forma concreta e eficaz para a construção dessa nossa nova parceria global.

Reunimos, aqui, uma região que dispõe da maior biodiversidade do mundo e também uma bacia hidrográfica que é bastante considerável – talvez a maior do mundo –, como também uma floresta tropical que é a maior do mundo. Temos, portanto, muitas condições nesse sentido de dotação de recursos naturais, incluindo reservas minerais de peso no planeta.

Sabemos, temos consciência de que a sustentabilidade do desenvolvimento será decisiva para a construção de um futuro mais próspero e mais justo.

O fato de que nesta região existam, como já mencionei – e todos sabem –, essas condições especiais não deve fazer-nos, simplesmente, egoístas e dizermos: “Não dispomos de água.” Ninguém dispõe de

água sem que haja um pensamento sobre o uso racional da água, por mais abundante que seja a água em um país. Nós, aqui no Brasil, dispomos de uma bacia hidrográfica imensa, para não falar no conjunto da América Latina. Aqui, temos uma bacia hidrográfica imensa. Não obstante, temos problemas até de geração de energia por falta de água e por falta de planejamento e, portanto, por falta de uma noção mais abrangente das consequências de certas decisões que são tomadas. Muitas vezes, por mais que se tenha boa vontade, são decisões que levam anos para se configurarem – não foram tomadas em tempo oportuno.

Também tenho certeza de que, mesmo em um país como o nosso, como o Brasil, se não olharmos para a questão da água sob o ângulo da sustentabilidade, vamos ter que, daqui a pouco, enfrentar problemas não só de seca, como de falta d'água ou de racionamento de água.

Por essa razão, criamos aqui uma Agência Nacional de Águas, e as bacias estão sendo organizadas. Se não se fizer isso também com uma visão de sustentabilidade, as coisas não vão avançar. Cada uma das bacias, hoje, tem lá, pelo menos no papel – espero que na prática, crescentemente –, seus comitês de gestão, de tal maneira que a própria população ganhe consciência, e consciência crescente, da importância do uso racional da água para que possamos, então, avançar nessa direção.

O fato de nós, nesta região, dispormos dessas características de biodiversidade, de recursos hídricos, de recursos minerais apenas aumenta a nossa responsabilidade e motiva-nos para uma disposição mais direta, mais aberta, mais franca para um diálogo que há de ter sempre como pano de fundo a solidariedade global e a sustentabilidade. Até porque também temos vulnerabilidades. O caso do efeito estufa, não é? Sabemos que ele pode afetar seriamente países aqui, desta região. Estamos vendo que o tráfico ilegal de recursos biológicos e genéticos priva as nossas sociedades, em um espaço de tempo futuro, de bases para o desenvolvimento. De igual modo, a falta de acesso para os nossos produtos tem levado ao uso excessivo de recursos natu-

rais, com graves prejuízos aos ecossistemas e à melhoria das condições sociais da população.

Portanto, ao mesmo tempo em que devemos ter consciência do que temos, do que dispomos, temos que ter também consciência das nossas vulnerabilidades e a disposição de enfrentar, em conjunto, esses problemas.

Os esforços dos países em desenvolvimento nem sempre têm encontrado apoio nos países mais avançados, sobretudo no que se refere à transferência, em termos eqüitativos para os dois lados, de tecnologia de ponta ambientalmente saudável.

O Protocolo de Kioto foi um avanço imenso, e temos que trabalhar muito para que ele se efetive, até que seja possível existir essa redistribuição de uma tecnologia de ponta capaz de sustentar o desenvolvimento e que possamos nos beneficiar desse processo e também nos comprometer com um cuidado crescente com relação à nossa própria natureza. E daí vem um *trade off* que me parece ser necessariamente ampliado.

Sabemos que o objetivo do desenvolvimento sustentável está ligado também a outros valores que podem parecer remotos diante do tema ambientalista imediato, mas que são base disso: os valores da democracia e do Estado de Direito. Tudo isso, na verdade, é quase que, como eu disse, uma implicação ética da questão do desenvolvimento. É quase uma filosofia de vida. É uma nova maneira de se encarar o mundo e as relações entre as pessoas, as relações entre os países. Isso implica adesão a princípios como o da transparência, o da participação efetiva de todos os grupos e o da preservação do meio ambiente como um patrimônio comum de todos os cidadãos e que tem contribuído para um sentimento de que as conquistas recentes de desenvolvimento sustentável devem ser irreversíveis.

Tem havido muito progresso nessa matéria não tenho dúvida quanto a isso. Se olharmos a nossa região, veremos que houve muito progresso, tanto na compreensão da incorporação de uma dimensão ética à política quanto na compreensão de que a democracia é fundamental para que todos possam participar – a mobilização crescente

das populações. Isso são processos que estão em marcha, e que estão em marcha, naturalmente, coincidentemente com os processos de conscientização no que diz respeito à questão do meio ambiente.

Agora, quando voltamos para a questão do meio ambiente, em uma sociedade com essas características novas, de transparência e de participação, isso implica que temos que incluir todos os grupos no processo de construção do desenvolvimento sustentável. Ele não pode ser visto como algo que é de responsabilidade do Estado apenas, do Governo apenas, nem tampouco da sociedade civil apenas. Não é só o setor privado, o setor público também. Mas também o setor privado e, crescentemente, as organizações não-governamentais.

Em suma, vimos que essa nova visão do mundo implica uma ativação crescente da sociedade civil, em toda sua plenitude. Noção que, no passado, tinha outra conotação: a de sociedade civil, que hoje, de certa maneira, curiosamente, como que abarca o Estado. Se posso dizer, é uma contradição nos termos que estou dizendo; a noção mesma, filosófica, de sociedade civil nasce como uma contraposição ao Estado.

Eu diria que, hoje, estamos vivendo um processo oposto, um processo em que, de alguma maneira, a sociedade civil engolfa o Estado. E utilizando uma expressão que uso freqüentemente de um pensador comunista italiano – Antonio Gramsci –, isso requer que exista uma certa porosidade no Estado, para que o Estado possa entender que ele não tem – no que diz respeito a essas matérias centrais do mundo de hoje, ao grande debate contemporâneo –, que o Estado não pode presumir que ele seja capaz de, sozinho, deitar os fundamentos para a ordem futura melhor. Ele tem que se abrir à sociedade, assim como a sociedade tem que entender que ela não dispõe de certos aparelhos regulatórios de que só o Estado dispõe. Há uma nova visão que implica, também, uma nova conotação dos termos “Estado e sociedade civil”.

Isso nos leva a pensar em termos novos o que se chama, hoje, de governança. E existe uma emergente governança ambiental nesta nossa região, e essa é uma tendência alentadora. Isso requer também um processo de aprendizado. Não estou me referindo a governo,

digo governança no sentido mais amplo, que implica essa fusão entre Estado e sociedade civil e essa nova visão do mundo.

Mesmo no que diz respeito à governança ambiental internacional, nós estamos vendo que é um conceito que começa a amadurecer. E nós precisamos, ao mesmo tempo de uma nova forma, se me permite o Ministro do Exterior Weltanschaung, uma nova visão do mundo. Nós não podemos nos perder numa visão do mundo. Temos que fazer com que haja, também, mecanismos práticos. Temos que racionalizar a agenda dos organismos ambientais internacionais, favorecer a integração de temas análogos sem prejuízo à individualidade de cada mandato de cada órgão, dos métodos de trabalho, das escalas de contribuição dos organismos com vocação ambiental.

Então, é uma tarefa grande, em que é preciso mudar a cabeça, a cultura, a mentalidade, incorporar conceitos novos, ter uma visão de outra natureza e, ao mesmo tempo, com o pé muito na terra. E é bom – os ambientalistas são acostumados a falar da terra – que o pé esteja, realmente, plantado na terra, no sentido da praticidade daquilo que se propõe, inclusive no que diz respeito às transformações da agenda internacional e, também, das próprias instituições que cuidam disso.

Senhores Ministros e Ministras, uma das grandes conquistas do final do século XX e deste início do século que agora vivemos será, talvez, a consolidação definitiva da consciência de que o progresso depende intimamente da preservação e do uso sustentável de recursos finitos.

Eu costumava dizer, há algum tempo, e disse uma vez diante do autor, que um dos livros que mais me impactaram foi o de Gorbachov, quando escreveu sobre a *perestroika* e toda aquela visão que estava sendo aí refeita do mundo. E, talvez, por uma razão que ele não tenha sequer imaginado que fosse a principal. Eu disse isso a ele numa reunião aqui no Rio, a da Rio + 5. Gorbachov estava presente. Ele, ao se referir à bomba atômica e às questões ambientais, se deu conta de que as teorias disponíveis – no caso dele a teoria clássica de luta de classes, de Estado – eram insuficientes, porque você pode dispor da bomba atômica, mas se vai utilizá-la, ela pode destruir a todos: o inimigo e o próprio que a lançou.

Por outro lado, essas questões de meio ambiente transcendem qualquer Estado. De alguma maneira, se estava inaugurando, ali, naquele momento, o término de toda uma visão do mundo e início de uma nova, estava-se inaugurando a possibilidade de pensar em termos globais a humanidade.

E toda a gente sabe, pelo menos os que são versados nessas matérias, que a idéia de humanidade era rejeitada pelos sociólogos do século XIX, mais críticos, porque diziam: "Humanidade, como? O que existe é a classe, o que existe é uma região, é o Estado, é a raça. A humanidade é uma abstração que, quem sabe, encubra os conflitos de classe. Não pode."

Hoje, não, hoje, a partir da própria visão – me refiro a Gorbachov para que se tenha um ponto no tempo e no espaço –, ele disse: "Bom, há problemas que ultrapassam a nação" – vejam, o Estado e a nação – "que ultrapassam a região, que são os problemas universais mesmo. E esse universal não é falso. Não é uma mistificação para evitar o concreto real, o singular."

Bom, isso é assim. Talvez nós estejamos, nesse limiar do século XXI, inaugurando práticas que nos levem a redescobrir a humanidade como um sujeito efetivo da história. Coisa nova, nunca o foi.

E provavelmente no vértice desse processo esteja, justamente, a questão ambiental, porque foi em nome dela, em nome da necessidade da preservação da vida que políticos como Gorbachov e muitos pensadores passaram a ter um pensamento mais criativo, mais inovador.

Essas questões são fundamentais para o desenvolvimento dos séculos que vêm daqui para frente. Não é para o ano que vem. Não é para as nossas eleições do ano que vem. Não dá nem para discutir, nem vale a pena, porque não se terá sensibilidade local para isso. Mas é da construção de um século, um século que, se não vai ser o Século das Luzes, como foi o século XVIII, talvez seja o século, repetindo o que disse, da solidariedade global, por força da necessidade da sobrevivência do conjunto dos seres humanos. Portanto, é uma coisa telúrica, uma coisa muito forte que se coloca e se nos apresenta como um grande desafio.

Daí por que me permito insistir: vai ser fundamental que nos concentremos todos em Joanesburgo, na Rio + 10, para dar um balanço de tudo isso. Dizia o Ministro Celso Lafer, quando chegávamos aqui, que se dá balanço de cada dez, cada cinco anos, e sempre o balanço fica muito aquém do que a gente propôs fazer. É verdade. Mas se não se tiver a idéia pelo menos de saber até aonde caminhamos e o que falta, não andamos. E, hoje, quem está parado está andando para trás.

Então, vamos ter que avançar muito em Joanesburgo. Vamos ter que avançar muito em reuniões desse tipo e quantas outras mais. Vamos precisar muito que a mídia, como tem feito, difunda essas questões para que possamos sensibilizar cada cidadão, porque estamos partindo dessa consciência que hoje temos de que não é possível tomar decisões que tenham efeito nessa matéria se não forem, elas próprias, já fruto de uma ação que nasce compartilhada.

Portanto, é uma espécie de imperativo moral que nos deve mover na direção de continuar colocando esses temas com muita força. E eu diria mesmo que isso é o desafio que, à parte os desafios que sabemos serem terríveis, temos de enfrentar – de agora por diante, nem se fale, em função do clima que se criou no mundo –, mas quem sabe isso possa motivar-nos para, mais e mais, termos uma visão efetivamente grande do que seja desenvolvimento sustentável.

Queria, portanto, agradecer a oportunidade de ter dito essas breves palavras aqui a vocês. Tenho certeza de que estão todos empenhados no que há de melhor e a convicção de que vamos caminhar juntos, mais e mais e mais, na direção do fortalecimento de uma nova ordem mundial que não seja vista como uma ordem entre Estados, mas como um processo que leve as pessoas cada vez mais a terem consciência dos seus desafios, das suas possibilidades, dos seus direitos, dos seus deveres e que possamos, a partir daí, criar, realmente, uma humanidade solidária, em uma mundialização que não seja assimétrica, nem perversa, como aquela que, até hoje, temos vivido.

Muito obrigado e boa sorte no trabalho de vocês.